

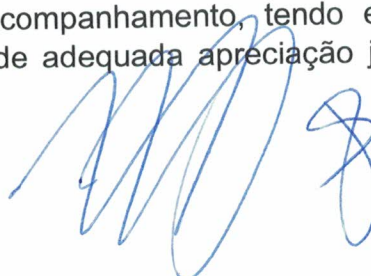
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2026.

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Içara – IÇARAPREV, localizada na Travessa Padre Boleslau, nº 352, Centro, Içara/SC, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, para análise e discussão de assuntos relacionados à gestão dos investimentos do Instituto. Estiveram presentes Marcos Roberto Rossi de Jesus, Diretor-Presidente do IÇARAPREV; Geovânia Borges, Diretora Administrativa-Financeira; Giovana da Silveira, Contadora; e os conselheiros Isaías Mazzuchello de Souza, Silvia Regina Rosso e José Silvano, este último participando de forma remota. Aberta a reunião, foi realizada inicialmente a leitura e análise do Parecer Técnico elaborado pela Consultoria de Investimentos Gestor Um, que apresentou avaliação da carteira de investimentos do IÇARAPREV e sugestões para o aperfeiçoamento da estratégia de alocação dos recursos. Conforme apresentado no parecer, a carteira do Instituto possui perfil predominantemente conservador, característica compatível com uma gestão que prioriza a preservação do patrimônio e a segurança dos recursos previdenciários. A composição aproximada da carteira é de 93,5% em Renda Fixa, 3,6% em Renda Variável, por meio de BDR, 2,4% em fundos Multimercado e 0,9% em FIDC, além de participações residuais em FIP/FII. Na análise da carteira, foram destacados como pontos positivos a elevada participação em títulos públicos federais; a diversificação das aplicações entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal; a utilização de fundos indexados ao CDI para a gestão de liquidez; a exposição moderada ao mercado internacional por meio de BDR; a presença de fundos vértice compatíveis com estratégias de carregamento até o vencimento; e o patrimônio superior a R\$ 150 milhões, que proporciona ao Instituto maior capacidade de diversificação dos investimentos. Na sequência, foram discutidos os principais pontos de atenção identificados pela consultoria. O primeiro refere-se à concentração de aproximadamente 33% dos recursos em fundos referenciados ao CDI. Embora esses investimentos apresentem atualmente remuneração elevada, essa concentração poderá reduzir o potencial de retorno da carteira quando houver efetiva redução da taxa Selic. Outro ponto analisado foi o volume mantido em fundos destinados à gestão de liquidez, especialmente no Fundo CAIXA FI Brasil Disponibilidades, que possui atualmente mais de R\$ 12 milhões pertencentes ao IÇARAPREV. A contadora Giovana da Silveira informou aos presentes que já estamos praticamente no limite do que é permitido a aplicação. O conselheiro Isaías questionou sobre os valores que estão aplicados no Fundo disponibilidades, o que foi informado pela contadora do Içaraprev que temos o valor de R\$ 3.435.421,32 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos aplicados na Taxa de administração e 9.628.446,03 (nove milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e três centavos em trinta e um de julho de dois mil e vinte seis). Foi destacado que parte desses recursos é necessária para a administração do caixa e para atender às obrigações de curto prazo do Instituto. Entretanto, eventual saldo excedente, sem

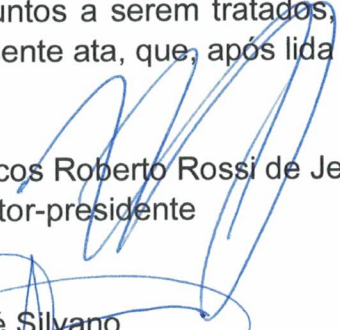
previsão imediata de utilização, poderá ser direcionado para alternativas de investimento que apresentem melhor relação entre risco, retorno, liquidez e custos. Também foram abordados os investimentos estruturados antigos, especialmente aqueles mantidos em FIP, incluindo o FIP Infra Saneamento, que apresentam perdas relevantes. Quanto a esses investimentos, a orientação apresentada foi de acompanhamento dos respectivos veículos até eventual encerramento, evitando-se o aumento da exposição nessa modalidade. Em relação à ausência da certificação Pró-Gestão RPPS, foi ressaltado que essa condição não impede o IÇARAPREV de realizar investimentos nos ativos permitidos pela regulamentação vigente. Contudo, a consultoria recomenda que o Instituto mantenha postura mais conservadora sob o ponto de vista da governança e dos controles. Entre as orientações apresentadas estão a priorização de fundos enquadrados no art. 7º da Resolução CMN nº 5.272/2025; a concentração das aplicações em instituições financeiras de primeira linha; a não ampliação da exposição em ativos estruturados; o fortalecimento da documentação das decisões do Comitê de Investimentos; a elaboração de parecer técnico individualizado para movimentações relevantes; a realização periódica de benchmarking das taxas de administração; e a revisão anual dos fundos utilizados para gestão de caixa. Na sequência, passou-se à análise da proposta de resgate de R\$ 3.000.000,00 do Fundo CAIXA FIC Brasil Disponibilidades RF, com aplicação dos recursos no Fundo CAIXA Topázio FIF Renda Fixa Referenciado DI LP. Foi esclarecido que ambos os fundos apresentam perfil conservador e liquidez compatível com a gestão financeira do RPPS, porém possuem finalidades distintas. O Fundo Disponibilidades é destinado principalmente à administração de recursos de caixa e às necessidades de curtíssimo prazo, enquanto o Fundo Topázio possui estratégia voltada à permanência dos recursos por prazo mais longo. Dessa forma, considerando que os recursos objeto da movimentação não possuem previsão imediata de utilização, foi discutido que a migração poderá ser tecnicamente adequada, desde que observadas as condições de mercado, a liquidez, os custos envolvidos e o enquadramento da operação na Política de Investimentos e na regulamentação aplicável. Quanto ao cenário econômico, foi destacado que o ambiente observado em junho de 2026 apresentava taxa Selic ainda elevada, expectativa de início gradual de redução dos juros, inflação em processo de desaceleração, remuneração ainda elevada dos ativos indexados ao CDI e curva de juros oferecendo prêmios relevantes. Nesse contexto, os fundos de renda fixa referenciados ao DI com horizonte de longo prazo foram apresentados como alternativas compatíveis com a estratégia de manutenção de recursos que não possuem necessidade imediata de utilização. Também foi discutida a análise dos custos e das taxas dos fundos envolvidos. Ressaltou-se que a decisão pela movimentação deve considerar não apenas a rentabilidade, mas também as taxas de administração, gestão e distribuição, bem como a rentabilidade líquida histórica e as características de liquidez de cada fundo. Foi destacado, ainda, que a revisão dos recursos mantidos em fundos destinados à gestão automática de caixa está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, transparência e adequada gestão dos recursos previdenciários. Assim, a eventual substituição do Fundo Disponibilidades pelo Fundo Topázio deverá estar respaldada em comparação objetiva dos custos e

da rentabilidade líquida dos dois veículos, devendo essa análise integrar o respectivo processo administrativo e os registros do Comitê de Investimentos. Após as discussões, os membros do Comitê ressaltaram a importância de que toda movimentação financeira seja realizada de forma fundamentada, considerando o cenário econômico, as necessidades de liquidez do Instituto, a segurança dos investimentos, os custos envolvidos, a Política de Investimentos e a regulamentação vigente. Após análise do cenário econômico e das alternativas de investimento disponíveis na CAIXA Econômica Federal, o Comitê de Investimentos deliberou pela aplicação dos recursos no CAIXA Topázio Corporativo Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo – Responsabilidade Limitada, em substituição à manutenção dos recursos no CAIXA Brasil Disponibilidades FI Renda Fixa. Considerando o valor alto que temos aplicado no fundo disponibilidades o comitê achou prudente alocar um valor maior, sendo assim o valor definido foi de 3.000.000,00 (três milhões de reais) da conta da taxa de administração e 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais da conta do fundo previdenciário. A decisão considera o atual cenário econômico, marcado por uma taxa Selic ainda elevada, atualmente em 14,00% ao ano, inflação projetada pelo mercado em aproximadamente 5,02% para 2026 e perspectiva de manutenção dos juros em patamar restritivo, ainda que com possibilidade de novos cortes graduais ao longo do ano. Nesse ambiente, os investimentos de renda fixa pós-fixados e vinculados ao CDI permanecem atrativos, especialmente para recursos que devem apresentar segurança, liquidez e adequada relação entre risco e retorno. Nesse contexto, o Comitê avaliou que o CAIXA Topázio apresenta características compatíveis com a estratégia de investimento do RPPS, por possuir duração baixa, classificação soberana e estratégia referenciada ao CDI, buscando acompanhar a variação da taxa DI. A estrutura do fundo é direcionada à aplicação em Títulos Públicos Federais, proporcionando elevada qualidade de crédito e reduzida exposição ao risco privado. Outro fator considerado foi a liquidez dos recursos, uma vez que o fundo apresenta disponibilidade de resgate em D+0, permitindo que o Instituto mantenha adequada capacidade de atendimento às suas obrigações financeiras e previdenciárias, sem comprometer a gestão de caixa. A opção pelo CAIXA Topázio também se justifica pela possibilidade de melhor aproveitamento do atual nível elevado da taxa de juros, buscando uma remuneração próxima ao CDI, ao mesmo tempo em que se mantém uma estratégia de baixa volatilidade. Em análise comparativa realizada para produtos da própria CAIXA, o Topázio apresentou desempenho ligeiramente superior em determinados períodos e maior aderência ao CDI, característica considerada adequada para recursos destinados à gestão de liquidez do RPPS. Ressalta-se, ainda, que a escolha não decorre exclusivamente da expectativa de rentabilidade, mas da avaliação conjunta de segurança, liquidez, enquadramento legal, risco, duration, aderência ao benchmark e compatibilidade com a Política de Investimentos do IÇARAPREV. Dessa forma, considerando o cenário de juros elevados, a perspectiva de manutenção de uma política monetária ainda restritiva, a necessidade de preservação do patrimônio previdenciário e a busca por melhor relação entre segurança, liquidez e rentabilidade, o Comitê de Investimentos entendeu ser mais adequado direcionar os

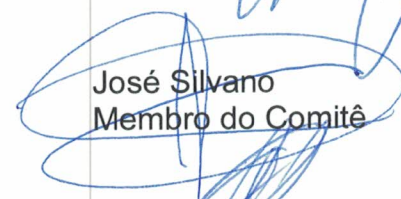
recursos ao CAIXA Topázio, em detrimento da permanência no fundo de disponibilidades, desde que observados os limites e critérios estabelecidos na Política de Investimentos e na regulamentação aplicável aos RPPS. A decisão foi tomada com fundamento nos princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência e prudência, visando à adequada gestão dos recursos previdenciários e à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto. Considerando a concentração de recursos em fundos de vértice, caracterizados pela estratégia de manutenção dos títulos até o vencimento e pela consequente marcação na curva, observou-se que essa modalidade de investimento apresenta menor reflexo dos resultados no curto prazo, uma vez que a rentabilidade dos ativos tende a ser apropriada de forma mais efetiva ao longo do período de maturação dos títulos. Embora a estratégia de marcação na curva possa ser adequada ao perfil de investidores que possuem capacidade de manutenção dos ativos até o vencimento e buscam maior previsibilidade dos retornos, a concentração excessiva nessa modalidade pode reduzir a liquidez da carteira e limitar a capacidade de aproveitamento de eventuais oportunidades de mercado, especialmente em cenários de alteração das taxas de juros. Diante desse contexto, o Diretor-Presidente sugeriu que seja realizada uma análise mais aprofundada acerca da manutenção das aplicações nesses fundos, considerando o cenário econômico, a composição da carteira, os prazos de vencimento, a rentabilidade esperada, a liquidez e a adequação à Política de Investimentos do Instituto. Como alternativa, propôs-se avaliar, conjuntamente com outros RPPS que eventualmente possuam participação nos mesmos fundos, a possibilidade de adoção de medidas para a liquidação dos respectivos fundos, observados os procedimentos legais, regulamentares e contratuais aplicáveis. Eventual liquidação permitiria, posteriormente, a realocação dos recursos em alternativas de investimento cuja rentabilidade seja apurada pela marcação a mercado, proporcionando maior transparência quanto ao valor atualizado dos ativos e maior flexibilidade para a gestão da carteira. Ressaltou-se, contudo, que qualquer decisão deverá ser precedida de estudo técnico e análise de viabilidade, considerando os eventuais impactos financeiros decorrentes da liquidação antecipada, as condições de mercado, os custos envolvidos, a liquidez dos ativos e a aderência aos limites estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do ICARAPREV. Dessa forma, ficou sugerida a realização de estudo específico sobre a matéria, inclusive mediante consulta aos demais RPPS cotistas e à instituição administradora/gestora dos fundos, com o objetivo de avaliar a conveniência e oportunidade de eventual liquidação e posterior realocação dos recursos, sempre priorizando a segurança, a rentabilidade, a liquidez e a adequada diversificação da carteira de investimentos do Instituto. No que se refere à contratação de assessoria especializada para prestar suporte ao Instituto nas demandas relacionadas aos fundos estressados, considerando a impossibilidade de contratação de empresa de assessoria jurídica específica para essa finalidade, ficou definido que as questões pertinentes a esses investimentos serão encaminhadas à Procuradoria do Município, para análise e acompanhamento, tendo em vista a complexidade das matérias e a necessidade de adequada apreciação jurídica em cada caso.



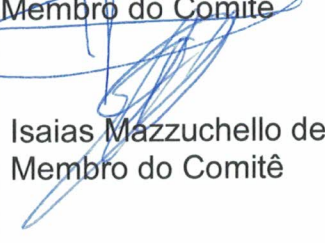
Em seguida, procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior do Comitê de Investimentos, ocorrida em dois de julho de dois mil e vinte e seis, a qual foi aprovada pelos presentes e, posteriormente, assinada. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada. Eu, Geovânia Borges, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.



Marcos Roberto Rossi de Jesus
Diretor-presidente



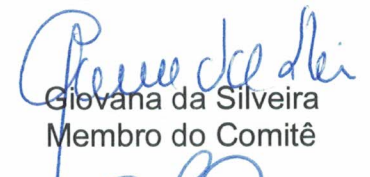
José Silvano
Membro do Comitê



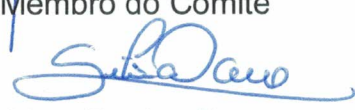
Isaias Mazzuchello de Souza
Membro do Comitê



Geovânia Borges
Diretora Admin e Financeira



Giovana da Silveira
Membro do Comitê



Silvia Regina Rosso
Membro do Comitê